

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 15 de dezembro de 2025 às 07h59
Seleção de Notícias

Jornal GGN Online | BR-SP

Marco regulatório | INPI

Estudo aponta práticas anticompetitivas da indústria farmacêutica em diversos países	3
<small>CAMILA BEZERRA</small>	

Metrópoles Online | BR-DF

15 de dezembro de 2025 | Patentes

Sem segurança jurídica, o Brasil perde inovação, empregos e futuro	5
<small>CONTEÚDO ESPECIAL</small>	

Migalhas | BR-SP

Marco regulatório | INPI

Músico que registrou nome de banda mantém uso exclusivo da marca	7
<small>MIGALHAS</small>	

Correio Braziliense - Online | BR

Marco regulatório | INPI

Indicação Geográfica: o novo luxo gastronômico do Brasil	9
<small>TURISMO</small>	

Estudo aponta práticas anticompetitivas da indústria farmacêutica em diversos países

Um medicamento utilizado no tratamento da epilepsia teve seu preço elevado em até 2.600% no Reino Unido entre 2012 e 2016, após uma manobra regulatória adotada pelas empresas detentoras do produto. Em poucos meses, o sistema público de saúde e as farmácias passaram a pagar até 26 vezes mais pelo mesmo remédio, sem qualquer alteração em sua fórmula ou qualidade.

Siga o Jornal GGN no Google e receba as principais notícias do Brasil e do Mundo Seguir no Google

Outro episódio citado ocorreu na África do Sul, onde cerca de 10 mil mulheres diagnosticadas com câncer de mama ficaram sem acesso a um medicamento essencial entre 2010 e 2020. O preço cobrado pela empresa detentora da patente era considerado tão elevado que inviabilizava a compra pelo sistema público de saúde. Autoridades locais classificaram o impacto como uma violação ao direito à saúde e à vida.

Os dois casos integram a pesquisa apresentada no livro *Condutas Anticompetitivas no Setor Farmacêutico*, dos juristas Luiz Augusto Hoffmann e Pedro Victor Lacerda. A obra, lançada em novembro pelo Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, reúne 129 episódios documentados de práticas consideradas anticompetitivas por grandes empresas do setor farmacêutico.

Além de exemplos internacionais, o estudo também aborda situações ocorridas no Brasil, como a investigação sobre o mercado de escopolamina. Em 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) recomendou a abertura de processo administrativo ao identificar indícios de atuação em cartel por parte de sete empresas envolvidas na produção do composto, utilizado como insumo em medicamentos antiespasmódicos.

Segundo o órgão antitruste, o esquema teria operado por aproximadamente 30 anos e incluía desde a limitação coordenada da produção e o ajuste prévio de preços até a divisão de clientes e territórios, além da criação de barreiras artificiais para impedir a entrada de novos concorrentes.

Com base em decisões oficiais de dezenas de países, do Brasil à Coreia do Sul, os autores apontam como abusos de patentes, reajustes injustificados de preços, acordos para atrasar a entrada de medicamentos genéricos, cartéis em licitações e ações judiciais de má-fé afetam diretamente a concorrência e o acesso da população a medicamentos essenciais.

Para os juristas, o problema não se limita a contextos nacionais específicos, mas configura um fenômeno global, sustentado por estratégias de exclusão de mercado e falhas regulatórias. "Embora os contextos regulatórios e econômicos variem, os desafios fundamentais e as estratégias ilícitas adotadas pelas empresas exibem uma notável universalidade", afirmam.

O setor farmacêutico é descrito pelos autores como um "oligopólio diferenciado", permanentemente tensionado entre a proteção à inovação e a garantia de acesso a medicamentos por pacientes e sistemas públicos de saúde. Diante desse cenário, eles defendem que o enfrentamento das condutas anticompetitivas exige mais do que a aplicação de multas, passando por cooperação internacional, atualização das normas regulatórias e maior integração entre política industrial, **propriedade** intelectual e defesa da concorrência.

O livro busca, segundo os autores, contribuir para a construção de um mercado farmacêutico mais transparente, competitivo e alinhado ao interesse público.

Resposta do setor

Continuação: Estudo aponta práticas anticompetitivas da indústria farmacêutica em diversos países

Procurada pela CNN Brasil, a **Interfarma** (**Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa) contestou as conclusões do estudo. A entidade afirma que o setor opera atualmente sob "padrões éticos e regulatórios robustos" e destaca que foi pioneira na criação do Código de Conduta da Indústria Farmacêutica de Pesquisa, que estabelece regras rígidas de compliance.

A associação argumenta que análises sobre o mercado devem considerar o contexto e a evolução regulatória do setor no Brasil. Segundo a **Interfarma**, a apresentação de casos antigos ou ocorridos em outros países, sem a devida contextualização, pode levar a interpretações equivocadas sobre a realidade brasileira atual.

A entidade também ressalta que a inovação científica demanda investimentos elevados e longos ciclos de pesquisa, o que torna a proteção à **propriedade** intelectual essencial para garantir segurança jurídica e

previsibilidade. De acordo com a associação, o atraso médio de 9,5 anos na análise de **patentes** pelo **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) gera insegurança e desestimula investimentos, motivo pelo qual defende mecanismos de recomposição de prazo quando o atraso é causado pelo Estado.

Por fim, a **Interfarma** afirma que continuará colaborando com autoridades e a sociedade na formulação de políticas públicas que conciliem inovação, acesso a medicamentos e padrões éticos no setor de saúde.

O Grupo FarmaBrasil, que representa empresas farmacêuticas brasileiras de capital nacional, também não se manifestou. O espaço permanece aberto para manifestação.

*Com informações da CNN.

Sem segurança jurídica, o Brasil perde inovação, empregos e futuro

CONTEÚDO ESPECIAL



Quando o Estado atrasa, o país paga: ideias viram perda, investimentos fogem e o brasileiro recebe soluções mais caras e muito mais tarde

Segurança jurídica é o oxigênio da inovação. Sem ela, ideias não viram soluções, pesquisas não viram tratamentos e potencial não vira progresso real. O Brasil produz ciência de excelência - mas não consegue transformá-la em benefícios concretos para sua população nem em acesso ao que há de melhor. Essa é a contradição que precisamos enfrentar.

Por décadas, o país conviveu com um sistema de **propriedade** intelectual que não dialoga com o ritmo da inovação global. Enquanto Estados Unidos, Europa e Ásia garantem previsibilidade e proteção aos esforços em pesquisa e desenvolvimento, o Brasil leva até 10 anos para analisar um pedido de **patente**, criando um cenário em que tecnologias demoram demais para chegar ao mercado ou sequer chegam.

Esse gargalo é reconhecido - judicialmente, socialmente, economicamente - e se torna visível ao país neste momento de discussão sobre a lei de **propriedade** industrial, que mostra na prática os riscos da demora na prestação de serviços pela administração pública e uma legislação incompleta, impactando diretamente diversos segmentos industriais e sua capacidade de inovar, investir, gerar

empregos e ofertar tratamentos inovadoras no país.

Não se trata de um privilégio para as empresas - mas de garantir que chegue ao brasileiro o melhor que a inovação pode oferecer.

Quando existe insegurança jurídica, o investimento vai embora. Quando o investimento vai embora, o país perde capacidade produtiva. E quando o país perde capacidade produtiva, quem sofre é o cidadão, com alimentos, energia e tratamentos mais caros e tecnologias que chegam por último no Brasil.

É por isso que o Movimento Brasil pela Inovação defende a aprovação dos Projetos de Lei 2210/2022 (com a Emenda nº 4) e 5810/2025, que implementam o PTA (Patent Term Adjustment) - um mecanismo simples, adotado por países líderes em inovação, que ajusta o prazo de patentes quando o atraso na aprovação é responsabilidade do Estado.

Se o Estado se atrasa, o país não pode ser condenado por isso.

É o caminho mais direto, técnico e responsável para demonstrar a seriedade do Brasil na proteção da inovação e, assim, recuperar competitividade, atrair pesquisas e investimentos, e permitir que o Brasil lidere setores nos quais já demonstrou vantagens comparativas: bioeconomia, agricultura, saúde, IA e transição energética.

O país que domina a biodiversidade do planeta e figura entre os maiores produtores de ciência do mundo não pode aceitar ocupar o 50º lugar no ranking

Continuação: Sem segurança jurídica, o Brasil perde inovação, empregos e futuro

global de inovação. O Brasil precisa decidir se vai seguir exportando inteligência e importando soluções - ou se quer finalmente transformar potencial em futuro.

Proteger a inovação é proteger o Brasil. E o futuro exige que essa decisão seja tomada agora.

Músico que registrou nome de banda mantém uso exclusivo da marca



Magistrado afirmou que a participação coletiva no projeto não altera a **propriedade** industrial sem ajuste formal.

Nome em disputa Músico que registrou nome de banda mantém uso exclusivo da marca Magistrado afirmou que a participação coletiva no projeto não altera a **propriedade** industrial sem ajuste formal. Da Redação

domingo, 14 de dezembro de 2025

Atualizado em 12 de dezembro de 2025 16:11

Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Músico que registrou a marca "Selvagens à Procura de Lei" no **INPI - Instituto** Nacional da Propriedade Industrial teve reconhecido o direito de uso exclusivo do nome após o rompimento do grupo.

O juiz de Direito Cláudio Augusto Marques de Sales, da 1ª Vara Empresarial de Fortaleza/CE, afirmou que a exclusividade decorre do ato registral e rejeitou a tese de "sociedade de fato" por falta de prova escrita.

Segundo os autos, uma banda foi formada com o nome "Selvagens à Procura de Lei" e passou a fazer shows e outras atividades artísticas usando essa denominação. Com o crescimento do projeto, a marca foi registrada no **Inpi- Instituto** Nacional da Propriedade Industrial em nome de um dos músicos.

Depois do rompimento do grupo, os integrantes iniciaram disputa sobre o uso do nome. De um lado, o músico que aparece como titular do registro afirmou que o direito de uso exclusivo decorre do registro e que, após a separação, não autorizaria mais a utilização do sinal pelos demais.

Do outro, os demais músicos sustentaram que a banda e sua trajetória foram construídas coletivamente e, em reconvenção, pediram o reconhecimento de "sociedade de fato" desde o início do projeto e a transferência do registro da marca para a pessoa jurídica ligada ao grupo.

Juiz confirma exclusividade da marca de banda ao músico que a registrou no **INPI.(Imagem: Freepik)**

Ao analisar a ação, o juiz entendeu que, estando o registro em nome de um dos músicos, a titularidade e o uso exclusivo decorrem do ato registral.

"Eventuais interpretações que imponham ao titular do registro da marca o uso por terceiros desfiguram o instituto, pois retiram do direito de propriedade o caráter de exclusividade, que é inerente a ele."

O magistrado também pontuou que o histórico de construção coletiva do projeto pode indicar participação relevante no plano artístico, mas não altera, por si só, a titularidade da **propriedade** industrial quando há registro válido em nome de um titular.

Além disso, destacou o risco de confusão ao público caso diferentes formações passem a se apresentar sob o mesmo nome, já que a marca tem a função de identificar a origem e distinguir o serviço no mercado.

Sobre o pedido de dissolução total, o juiz indicou que a extinção da pessoa jurídica exige enquadramento nas hipóteses legais do art. 1.033 do CC e que o desgaste do vínculo entre sócios, por si só, não autoriza

Continuação: Músico que registrou nome de banda mantém uso exclusivo da marca

automaticamente a dissolução integral fora do que a lei prevê.

Já na reconvenção, rejeitou o reconhecimento de "sociedade de fato" porque, entre sócios, a existência de sociedade em comum exige prova escrita, conforme o art. 987 do CC. Para o magistrado, a existência de uma banda e a atuação conjunta em apresentações e atividades artísticas não bastam, por si, para comprovar juridicamente uma sociedade informal nos moldes pretendidos, sem o suporte documental exi-

gido.

O escritório OVA Oliveira, Vale & Abdul Ahad Advogados atua pelo músico.

Processo: 0252296-33.2024.8.06.0001

Leia a decisão.

Indicação Geográfica: o novo luxo gastronômico do Brasil

TURISMO



O turismo de luxo, componente cultural da sociedade, tem em sua trajetória a valorização de diferentes produtos, serviços, comportamentos, que enaltecem o que deveria ser preservado, bem utilizado. Se no século XIX estava voltado a imponência dos "Grands" hotéis, que recebiam imperadores, no início de século XX esteve voltado a glamourização das celebridades, sua elegância clássica, símbolo de status global. A meu ver, ainda que exista uma essência universal, o luxo se diferencia de acordo com a cultura a qual ele corresponde. Se para orientais talvez esteja ligado a espiritualidade, a paz interior, ao minimalismo, a modernidade, a tecnologia, para o oriente médio talvez esteja associado à hiperexclusividade, à opulência. Para o ocidente, em especial o Brasil, o que seria o luxo senão a personalização emocional, a gigante natureza.

A promoção do mercado de turismo de luxo do Brasil no exterior é muito recente. A Embratur o faz desde os anos 2000. A BLTA - associação que reúne os principais hotéis do segmento - surgiu em 2008. Outra associação ainda mais recente é a Alagoas Luxury. Todas, a sua maneira e dimensão, mostrando ao mundo que se o luxo tem valores globais, o Brasil é uma referência que não pode passar despercebido nos planos dos viajantes internacionais. Sustentabilidade, transição energética, biotecnologia se

misturam ao imaginário do que é brasileiro: futebol, carnaval, pantanal, música, gastronomia. São tantas as referências, que muitas vezes acreditamos que isso é algo comum a todos os países. E não é. E se tem um luxo brasileiro contemporâneo que precisa ser enaltificado é o trabalho artesanal, a culinária pautada em histórias, os produtos que ganham cada vez mais indicação geográfica, a definição do que é a nossa cultura.

Você já ouviu falar do mel da Bracatinga? Um produto verdadeiramente único no mundo, resultado de um fenômeno natural raro e extremamente específico. Diferente dos méis florais, ele não é produzido a partir do néctar das flores, mas do melato (com "T" mesmo), uma substância liberada pela cochonilha que se alimenta da seiva da bracatinga. As abelhas, em perfeita harmonia com esse ciclo natural, coletam esse melato e o transformam em um mel de características singulares. Sua produção depende das condições climáticas (aproximadamente a cada 2 anos).

LEIA TAMBÉM: Conheça a gastronomia de 10 países que são tendências para turistas brasileiros em 2026

Produzido exclusivamente no Planalto Sul Brasileiro, em áreas de altitude onde a bracatinga (a árvore) se desenvolve naturalmente e onde existe a presença controlada da cochonilha (o inseto). Essa combinação - bracatinga, cochonilha e abelhas - não ocorre em nenhum outro lugar do mundo da mesma forma, conferindo ao produto identidade, origem e características incomparáveis. O Mel da Bracatinga tem baixo dulçor e alto teor de minerais e compostos antioxidantes, que carrega a essência do bioma sul-brasileiro e a força de um processo natural que não pode ser reproduzido artificialmente.

Continuação: Indicação Geográfica: o novo luxo gastronômico do Brasil

Naturalmente mais doce, a banana de Corupá, inserida no contexto da agricultura familiar, teve seu relevo de altitude (o que permite um amadurecimento mais lento, acumulando mais minerais e açúcares), seu sabor intenso e seus métodos de cultivo reconhecidos com a Indicação Geográfica. E ganhou ainda o slogan de "A banana mais doce do Brasil".

Outro exemplo de IG é a Carne de Onça de Curitiba, que desde maio de 2025, foi reconhecida na espécie Indicação de Procedência (IP). O prato típico que é elaborado com carne bovina é servido em praticamente todos os bares da cidade, os que preparam com a receita oficial recebem um selo de autenticação. Possui festival próprio realizado pela Associação Amigos da Onça e a Casa Curitiba Honesta. A IG agrega valor ao produto e protege a região produtora por sua herança histórico-cultural.

Em Pelotas- RS, a tradição dos doces portugueses foi aprimorada por doceiras escravizadas no apogeu das charqueadas. Receitas à base de ovos e açúcar, como quindim, bem-casado, olho de sogra, com influência do coco africano, e outras variações europeias fazem parte da identidade do local. A cidade recebeu o título de Capital Nacional do Doce (concedido pelo Ministério do Turismo) e a IG valoriza o produto e impulsiona o turismo local com eventos como a Fenadoce.

No início dos anos 1990, a Embrapa Uva e Vinho foi pioneira no Brasil ao disseminar, estimular e dar o suporte técnico e científico aos produtores de vinhos na estruturação, bem como na conquista do registro de Indicação Geográfica. Hoje são diversas regiões com o reconhecimento: Vale dos Vinhedos, Altos de Pinto Bandeira, Vinhos de Bituruna, Vales da Uva Goethe, Altos Montes, Campanha Gaúcha, entre outros.

Desde 2003, o Sebrae apoia as **Indicações** Geográficas Brasileiras e faz um trabalho primoroso no acompanhamento dessas comunidades, desses pequenos produtores que resgatam e preservam nossa história, saberes, produtos. Segundo o Sebrae, em

2015 o Brasil possuía 42 IGs e neste ano de 2025, chegamos a 150 **Indicações** Geográficas Brasileiras registradas no **INPI**. ¹ Sendo 119 Indicações de Procedência (IP) e 31 **Denominações** de Origem (DO).

A **indicação** Geográfica é este selo de qualidade, registrado no **INPI** (Registro de Propriedade), que identifica solo, clima, saberes, histórias, promovendo desenvolvimento local por meio de suas características únicas. O clássico exemplo é a região de Champagne, na França. No Brasil, existem dois tipos de IGs: Indicação de Procedência (IP) referindo-se ao nome do local que se tornou conhecido por produzir ou extrair determinado produto ou serviço e **Denominação** de Origem (DO), a qual exige que as características do produto sejam exclusivas do meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos.

Para aproximar o público desse universo, o cozinheiro e comunicador Rui Morschel lançou em outubro/25 a websérie "Contém BR", disponível no YouTube e Instagram. Com informações e curiosidades sobre produtos reconhecidos com IGs de norte a sul do País, como o Guaraná de Maués (AM), o Queijo do Marajó (PA), a Erva-mate de São Mateus (PR). "Nosso objetivo é dar visibilidade a produtos tipicamente brasileiros que muitas vezes não são conhecidos nem mesmo pela população local, além de incentivar outras iniciativas a buscarem esse reconhecimento. Por trás de cada indicação geográfica há muita história, pesquisa e um valor agregado incrível que precisa ser mostrado", comenta Morschel.

LEIA TAMBÉM: Onde levar um amigo turista para provar inusitadas receitas brasileiras?

Muitos restaurantes, chefs de cozinha, empreendedores tem percebido a importância e diferencial em utilizar insumos com Indicação Geográfica. Um luxo valorizar o produtor local, os saberes artesanais, a ancestralidade, os insumos que fazem parte da história, da identidade geográfica, turística, cultural, brasileira. Que tenhamos muito mais

Continuação: Indicação Geográfica: o novo luxo gastronômico do Brasil

IGs em 2026 por restaurantes incríveis! Quero experimentar e contar tudo aqui. Bravo!

Thiago Paes é colunista de viagem & gastronomia. Apresentador de TV no canal Travel Box Brazil e Travel Food & Drinks. É jurado do prêmio Bom-Gourmet de gastronomia. Está nas redes sociais como @paespelomundo.Press:

contato@paespelomundo.com.br

Siga o @portaluiturismo no Instagram e no TikTok @uai.tur

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 5

Marco regulatório | INPI
3, 7, 9

Patentes
3, 5

Propriedade Industrial
3, 5, 7

Entidades
3

Denominação de Origem
9